



MR 007. Configurações de Poder no Brasil pós constituição de 1988: desvendando dispositivos de participação, inclusão e reparações

Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Participante, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Participante, Antonio Carlos de Souza Lima (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/MUSEU NACIONAL UERJ) - Debatedor/a, Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Participante

Em 2018 a constituição cidadã completa 30 anos e com ela a jovem democracia brasileira findo o regime militar. Nesse percurso observamos muitas iniciativas políticas de diminuição das graves desigualdades que marcam a construção da nação e do estado em nosso país, bem como de ampliação dos espaços e das interações democráticas. O objetivo dessa mesa redonda é justamente contribuir para a compreensão de como nessa configuração práticas de poder antigas são reinventadas e novas são construídas. Para tal, a aposta é mais uma vez ancorar reflexões interpretativas em acuradas etnografias tomando como foco, especificamente, cenários de participação social indígena, de inclusão de indígenas e quilombolas no ensino superior e de ações indenizatórias estatais como forma de reparação de violências e violações. Assim, as sutilezas das relações de poder que operam em regimes democráticos podem surgir em regras de um jogo complexo que em muito transcendem vênulos explícitos de mando e subordinação, encarnando dispositivos de domínio eufemizados em processos de negociações, inclusões e reparações que trazem novas retóricas, legalidades, saberes, procedimentos, atores, valores e interesses.

Cidadania participativa: novas configurações e técnicas de poder na saúde indígena

Autoria: Carla Costa Teixeira

Este work tem como referência a atuação de lideranças e representantes indígenas nas políticas de governo para a saúde dos povos indígenas no Brasil. Tal recorte baseia-se na consideração de que os mecanismos formais de participação social têm sido nas últimas décadas a principal via política para a construção e efetivação dos direitos indígenas na saúde e superação da assimetria que se perpetua historicamente e se expressa em indicadores de saúde frequentemente duas vezes piores do que os da população não indígena. Quais os limites e possibilidades desse tipo de atuação? Com essa preocupação em mente, busca-se contribuir para a compreensão das relações de poder e de violência específicas que essa "cidadania participativa" engendra. Pretende-se, assim, discutir a situação específica da saúde indígena e, a partir dessa, tencionar a própria concepção de cidadania em foco.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

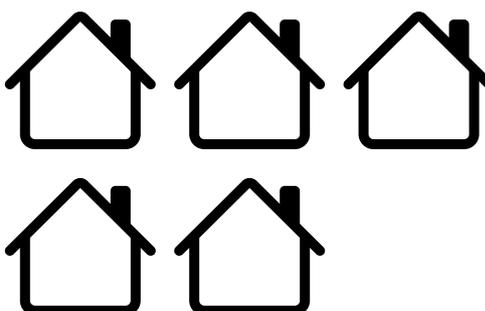
Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

